



Aprovado voto distrital misto para eleições proporcionais

Jonas Pereira/Agência Senado



Projetos de Eunício Oliveira e de José Serra foram votados ontem pelo Plenário do Senado e seguem para a Câmara

Na votação para vereadores e deputados federais, estaduais e distritais, o eleitor fará duas escolhas: o candidato de seu respectivo distrito e o partido de sua preferência, determinam propostas aprovadas pelo Plenário. Metade das cadeiras das Casas legislativas será destinada aos eleitos pelos distritos e a outra metade, aos candidatos dos partidos mais votados. A Justiça Eleitoral terá a missão de demarcar os distritos usando o número de habitantes como critério. Senadores contrários às mudanças argumentam que elas teriam que ser objeto de proposta de emenda à Constituição, e não de projeto de lei. **3**

Fátima Bezerra, Ângela Portela (*de pé*), o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e Valdir Raupp participam da sessão que aprovou as mudanças na lei eleitoral por 40 votos favoráveis e 13 contrários

Plenário aprova destinação de impostos para saúde pública

Projeto que destina à saúde pública recursos de impostos incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco foi aprovado ontem em Plenário e segue para a Câmara.

Pela proposta, de Otto Alencar, serão destinados ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) a parte da União dos Impostos sobre Produtos Industrializados, de Importação e de Exportação, e a arrecadação do Imposto de Renda sobre lucros das empresas produtoras desses bens. **3**



Proposta de Otto Alencar segue agora para a análise dos deputados

Jefferson Rudy/Agência Senado



Wilder Morais (C) coordena audiência que discutiu por que país é campeão em cidades mais violentas do mundo

Modelo de segurança fracassou, aponta debate

Especialistas e senadores afirmaram que o sistema de segurança pública brasileiro está falido. Essa é a política pública avaliada neste ano pela CCJ, que discutiu os motivos do fracasso em audiência ontem. Entre as razões apontadas, estão o baixo índice de resolução de homicídios, que fica em torno

de 5%; os cortes orçamentários, que geram carência de recursos materiais e humanos; e a necessidade de combate ao tráfico de drogas e armas, especialmente nas fronteiras. Relator da avaliação da Política Nacional de Segurança Pública, Wilder Morais defende políticas mais efetivas de financiamento às polícias. **7**

Marcos Oliveira/Agência Senado

Avança texto que dá mais recursos para educação **8**

Proposta acaba com repasses do BC ao Tesouro **6**

CPI mista da JBS: juristas criticam delações **5**

Relatório prevê R\$ 5,6 bi a mais de receita para a União em 2018

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório da Receita para 2018. Tomando por base a projeção

de crescimento maior do PIB, o parecer, de Ataídes Oliveira, eleva a arrecadação bruta da União em R\$ 5,6 bilhões. **2**



O relator Ataídes (2º à esq.) e o presidente da comissão, Dário (3º à esq.)

Marcos Oliveira/Agência Senado



Magno Malta e Marcos Madureira em depoimento à CPI dos Maus-Tratos

Presidente do Santander Cultural defende exposição *Queermuseu*

O presidente da CPI dos Maus-Tratos, Magno Malta, criticou a renúncia fiscal do banco Santander em relação à mostra *Queermuseu*, suspensa no início de setembro

após protestos por suposta apologia à pedofilia. Ontem a comissão ouviu o presidente do Santander Cultural, Marcos Madureira, que defendeu a mostra. **7**

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Relatório prevê aumento de R\$ 5,6 bi na receita da União

Aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento, parecer de Ataídes Oliveira se baseia em projeção de crescimento maior do PIB no próximo ano

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório da Receita Orçamentária de 2018, elaborado pelo senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O texto eleva a arrecadação bruta da União em R\$ 5,6 bilhões. Descontadas as transferências para estados, Distrito Federal e municípios, restam R\$ 4,9 bilhões para o Orçamento federal.

Com a aprovação, a estimativa das receitas primárias para 2018 sobe de R\$ 1,456 trilhão para R\$ 1,462 trilhão — um aumento de 0,38%. O relatório da Receita é uma das principais fases da tramitação da proposta orçamentária (PLN 20/2017) de 2018, que está em análise na comissão.

A nova previsão de receita tem como base um aumento de R\$ 3,6 bilhões na arrecadação com impostos, R\$ 1,9 bilhão com contribuição previdenciária e R\$ 105,3 milhões com salário-educação.

O principal motivo para o aumento da arrecadação é uma previsão maior de crescimento do produto interno bruto (PIB).



Relator na CMO, Ataídes (D) recalculou a previsão de receita para 2018

Ataídes recalculou a receita tomando como base um crescimento de 2,5% da atividade econômica em 2018. O projeto orçamentário elaborado pelo governo previu apenas 2%. Quanto maior o crescimento da economia, mais o Executivo arrecada com impostos e contribuições previdenciárias.

Para o senador, o crescimento de meio ponto percentual acima do projetado é uma estimativa compartilhada até pela equipe econômica de Michel Temer. Ataídes disse que

os indicadores mais recentes mostram que a estabilidade inflacionária e a redução dos juros básicos já começam a reativar o setor produtivo.

— Não tenho dúvidas de que, nesse cenário, não vamos crescer menos do que 3% — disse.

Com a aprovação do relatório da Receita, a CMO vai aguardar agora a apresentação do relatório preliminar, a cargo do relator-geral da proposta orçamentária, deputado Cacá Leão (PP-BA).

Com Agência Câmara

Taxas nos cartórios do DF podem ficar mais caras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que atualiza a tabela de valores cobrados por cartórios no Distrito Federal e cria uma taxa de 10% e uma alíquota de 7% sobre os serviços. O PLC 99/2017, de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A taxa de 10% será destinada a ações de reaparelhamento da Justiça, reunidas sob o nome de Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do DF (Projus). A alíquota de 7% destina-se a criar a Conta de Compensação do Registro

Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN), espécie de fundo em que os cartórios de maior demanda passariam a subsidiar os de menor.

O projeto inclui uma nova tabela de custas. Um registro de casamento — que hoje custa R\$ 160,25, segundo a tabela na página da Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal — passaria a custar R\$ 256,94, dos quais R\$ 21 corresponderiam ao Projus e R\$ 14,70 à CCRCPN.

O parecer do relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foi favorável ao projeto, sem emendas. “Consideramos que os valores previstos promovem o equilíbrio entre as duas

principais variáveis envolvidas: a justa remuneração dos notários e registradores e a capacidade contributiva dos usuários de seus serviços”, diz o relatório.

Cristovam Buarque (PPS-DF) havia pedido vista, expressando dúvida em relação à necessidade da criação da conta de compensação para os cartórios menos lucrativos.

— Estou entendendo que vai haver uma máquina burocrática e que esse fundo vai ser usado para fazer funcionar essa máquina. E onde se contabilizou para chegar aos 7%? Eu não tenho ideia clara, mas parece que 7% vai ser muito dinheiro — avaliou.

Prefeitos querem desconto em dívida previdenciária

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem prefeitos do Ceará e o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Na pauta, textos como o Veto 30/2017, que suspende pontos da Lei 13.485/2017. A norma parcela e concede descontos às dívidas previdenciárias dos

estados, do Distrito Federal e dos municípios.

— Viemos reforçar nossa pauta no Senado. Falamos de propostas importantes para os prefeitos, como o Veto 30. O Senado está mais uma vez se posicionando a nosso favor. A reversão do veto é fundamental para aprimorar o pacto federativo — afirmou

o presidente da CNM.

Ziulkoski se disse satisfeito com a audiência e destacou que o presidente do Senado mostrou sua “natureza municipalista”.

— Ele é um parceiro muito importante nesta luta dos municípios — afirmou.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Audiência discutirá inovação e empreendedorismo digital

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem a realização de audiência sobre inovação e empreendedorismo digital. O objetivo é avaliar o papel da internet e das redes de alta capacidade para o desenvolvimento econômico e tecnológico.

O pedido é de Jorge Viana (PT-AC), que é relator do processo de avaliação da estratégia digital brasileira. A audiência faz parte do plano de trabalho da comissão para 2017, que estabelece a análise dos programas do Poder Executivo relacionados às conexões à internet em banda larga. Segundo ele, no início de dezembro ele deve apresentar o relatório com proposições para a melhora da legislação do setor.

— A internet de qualidade talvez seja uma das infraestruturas que o Brasil mais precisa. Sem ela, nada mais funciona — argumentou.

Viana disse que há necessidade de atualizar a legislação do setor e pediu que o presidente da Casa, Eunício Oliveira, coloque em pauta o novo marco regulatório das telecomunicações (PLC 79/2016). O projeto havia sido aprovado em 2016, em decisão terminativa, pela então Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional.

Otto Alencar (PSD-BA),

presidente da CCT, afirmou que o marco foi a única proposição da Agenda Brasil aprovada com unanimidade na comissão. O projeto, que altera a Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472/1997), chegou a ser enviado para sanção, mas foi objeto de recurso junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para análise do Plenário.

Comissões

Por decisão da Corte, o texto retornou para a análise do Senado, mas ainda não foi encaminhado para avaliação de nenhuma comissão. Eunício garantiu, no último dia 13, que a tramitação do projeto seguirá “religiosamente” o Regimento Interno da Casa, passando pelas comissões.

— Na minha visão, [a aprovação do projeto] é uma coisa necessária e urgente para o consumidor — afirmou Otto.

Ele destacou que existem 982 mil aparelhos sem uso, mas que são suscetíveis a multa para as operadoras, além do alto custo de manutenção. Segundo Otto, que foi relator do PLC 79/2016, essa era uma das questões que o projeto solucionava. O senador afirmou que a proposta define condições para que a Anatel tenha um crédito de cerca de R\$ 2 bilhões junto às operadoras para aplicar na expansão da telefonia móvel.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Demissão sem justa causa

9h O PLS 274/2012 — Complementar, que protege o trabalhador de demissão sem justa causa, é um dos 13 itens da pauta.

CDR Economia dos municípios

9h Audiência interativa para discutir situação financeira dos pequenos e médios municípios.

CTEC Segurança em eventos esportivos

9h Na pauta de 20 itens, o PLS 457/2016, que estabelece o uso de segurança privada no interior dos locais de eventos esportivos.

CPI DOS MAUS-TRATOS Ministro

9h30 Audiência interativa para ouvir o ministro da Saúde, Ricardo Barros.

CCJ Porte de arma branca

10h Entre 48 itens, o PLS 320/2015, que criminaliza o porte de arma branca.

CE Violência nas escolas

10h Audiência interativa para discutir violência nas escolas públicas.

CDH Brinquedos adaptados

11h Na pauta de 23 itens, o PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings.

CCT Internet 5G

14h Audiência interativa sobre desafios e obstáculos a internet 5G, internet das coisas e inteligência artificial.

CMO Reunião

14h Reunião extraordinária.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta o PRS 55/2015, que fixa alíquota máxima para cobrança do ICMS incidente nas operações internas com querosene de aviação.

CPI DO BNDES Depoimento

14h30 Exame de requerimentos e depoimento do ex-presidente do Frigorífico Independência Roberto Graziano Russo.

CONGRESSO Sessão conjunta

17h Análise de vetos e projetos que abrem crédito extra a diversos órgãos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Vão à Câmara projetos que instituem voto distrital misto

Plenário do Senado aprovou ontem duas propostas que criam essa modalidade de escolha de vereadores e deputados federais, estaduais e distritais. Caberá à Justiça Eleitoral demarcar os distritos

O PLENÁRIO APROVOU ontem dois projetos de lei do Senado que criam o voto distrital misto nas eleições para vereadores e deputados estaduais, distritais e federais.

O PLS 86/2017, de José Serra (PSDB-SP), e o PLS 345/2017, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), tramitavam em conjunto e foram relatados em Plenário por Valdir Raupp (PMDB-RO). Agora seguem para a Câmara.

O sistema distrital misto combina o voto proporcional com o distrital. De acordo com a proposta, o eleitor vai fazer duas escolhas na urna: o candidato de seu respectivo distrito e o partido de sua preferência.

De acordo com o texto,

metade das vagas das Casas legislativas será destinada aos eleitos pelo voto distrital, arredondando-se para baixo no caso de números fracionários. Por exemplo: no caso de um estado com nove cadeiras de deputado federal, quatro serão escolhidos pelo voto distrital. A outra metade será preenchida por candidatos dos partidos mais bem votados.

A proposta delega à Justiça Eleitoral a missão de demarcar os distritos segundo o número de habitantes, sendo que eles precisam ser geograficamente contíguos.

Valdir Raupp apresentou emendas para eliminar a figura do suplente para os candidatos a cargos proporcionais e para

estabelecer que o voto distrital para vereadores seja aplicado apenas em municípios com mais de 200 mil eleitores.

Os projetos foram aprovados por 40 votos a favor e 13 contrários.

— Precisamos reformar a política para que ela deixe de ser o problema e passe a ser parte da solução da crise brasileira — afirmou Raupp.

Para José Serra, as novas regras vão reduzir os custos.

— O sistema atual custa em excesso e sub-representa em excesso. Estamos dando um passo para fortalecer a legitimidade democrática.

Já Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou os projetos.

— Vamos diminuir o espaço de representantes que defendam ideias e projetos.

Por sua vez, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) tem dúvidas sobre a constitucionalidade dos textos.

— O distrital misto traz como principal qualidade as virtudes tanto do majoritário quanto do proporcional em uma só proposta. Sou favorável à matéria, mas tenho dúvida se podemos enfrentar esse tema que não seja por meio de uma PEC.



Roque de Sá/Agência Senado

Romero Jucá fez emenda ao texto, acatada pelo relator, Waldemir Moka

Impostos sobre remédios e tabaco podem custear saúde

O Plenário aprovou ontem projeto de Otto Alencar (PSD-BA) que destina recursos de impostos à área de saúde. O PLS 147/2015, que integra a Agenda Brasil, vai agora para a Câmara dos Deputados.

Pela proposta, serão destinados ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) os impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), de Importação (II) e de Exportação (IE) incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco. Também vai para o FNS a arrecadação do Imposto de Renda sobre lucros das empresas produtoras desses bens.

Por sugestão de Romero Jucá (PMDB-RR), foi feita uma emenda de redação para deixar claro que o IPI e a arrecadação do Imposto de Renda que vai para o FNS se referem à parte da União. Isso porque,

segundo Jucá, uma parte do IPI e do IR arrecadado pelas empresas produtoras desses bens cabe ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

— Isso pode criar, inclusive, o prejuízo de alguém dizer que é inconstitucional, porque uma lei não pode alterar uma vinculação constitucional.

O autor alega que a medida pode representar mais R\$ 20 bilhões para o setor.

Para o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), os recursos, ao reforçarem o caixa do Ministério da Saúde, têm a destinação “mais nobre possível”. Moka acatou emenda de Humberto Costa (PT-PE) prevendo que os novos recursos ao FNS devem ser acima do piso constitucional para os gastos com a saúde.



Fotos: Roque de Sá e Jefferson Rudy/Agência Senado



Eunício Oliveira e José Serra são os autores das duas propostas aprovadas

Plenário aprova indicação para embaixada na Tailândia

Com 49 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção, o Plenário aprovou ontem a indicação de Ana Lucy Gentil Cabral Petersen para a embaixada brasileira na Tailândia, acumulada com o Camboja e o Laos (MSF 66/2017).

Durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores)

(CRE), Ana Lucy observou que a Tailândia é governada desde 2014 por uma junta militar, chefiada pelo general Prayut Chan-ocha, que convocou eleições gerais para novembro de 2018.

Segundo a diplomata, há a expectativa da comunidade internacional para que elas

aconteçam, marcando o retorno do país à democracia. Ela disse ver perspectivas positivas para o Brasil incrementar exportações de material de defesa para a nação asiática.

Quanto ao Camboja e ao Laos, Ana Lucy lembrou que ambos têm leis que conside-

ram crime criticar o governo. Como são nações com significativos índices de pobreza e carência alimentar, ela prevê boas perspectivas de colaboração com o Brasil na área da agricultura, inclusive na exportação de produtos.

Ana Lucy é graduada em comunicação social pela Pon-

tífica Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestre em política pública internacional pela Universidade Johns Hopkins, em Washington. Entre as funções ocupadas pela diplomata, está a de embaixadora em Angola. Desde 2013, ela é cônsul-geral em Nova York.

Congresso deve votar hoje cinco vetos presidenciais polêmicos

O Congresso Nacional reúne-se hoje para analisar cinco vetos presidenciais considerados polêmicos. No Veto 32/2017 à minirreforma eleitoral, o presidente Michel Temer retirou a obrigação de provedores de aplicativos e redes sociais de retirar da internet publicação falsa ou odiosa contra partido ou coligação. Outro ponto vetado foi o limite ao autofinanciamento de campanhas. Com o veto, o candidato poderá pagar toda a campanha, obedecendo apenas ao limite de gastos estipulado para cada cargo.

— Isso é absolutamente desigual e vai gerar uma plutocracia em que só os ricos terão condição de disputar e

vencer as eleições — criticou Humberto Costa (PT-PE).

Já no veto à lei que dá descontos nas dívidas previdenciárias dos entes federados (30/2017), Temer retirou o chamado encontro de dívidas entre as prefeituras e a União alegando que isso poderia gerar créditos para os municípios.

— O governo só quer receber a parte dele, e não quer pagar o que deve — reclamou o deputado Herculano Passos (PSD-SP).

Santas Casas

Também enfrenta resistência no Congresso o Veto 29/2017, que retoma a exigência de que as Santas Casas de Misericórdia e outras

instituições filantrópicas que prestam serviços para o SUS apresentem Certidão Negativa de Débitos para ter acesso ao programa criado para socorrer essas instituições.

— O veto representa o fim do programa das Santas Casas, antes mesmo que ele comece. Reduz à metade o número de instituições beneficiadas — afirmou José Serra (PSDB-SP).

Recine

Um terceiro veto (26/2017) rejeita por completo o PLV 18/2017, que prorrogava para dezembro de 2019 o prazo para uso do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine). O prazo original,

previsto na MP 770/2017, era dezembro deste ano. Após o veto, o Executivo editou a MP 796/2017, que retoma o prazo original.

— Esse é um programa espetacular. Entre 2012 e 20116, 1.036 salas de cinema foram implantadas no país — afirma a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que defende a derrubada do veto.

Já o veto 25/2017 anula mais de 40 pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (PLN 1/2017). Estão suspensos dispositivos que incluíam o Plano Nacional de Educação e parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no rol de prioridades do governo.

Da Agência Câmara

Alvaro defende PEC que extingue foro privilegiado

Alvaro Dias (Pode-PR) espera que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara vote hoje a PEC 10/2013, de autoria dele, que acaba com o foro privilegiado para autoridades como parlamentares, ministros e governadores em caso de crimes comuns.

Na avaliação do senador, o foro privilegiado, que beneficia mais de 45 mil autoridades, é uma excrescência.

— O fim do foro privilegiado é essencial para que a Operação Lava Jato se complete — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Avança projeto que busca aperfeiçoar Programa de Aquisição de Alimentos

Proposta aprovada ontem em comissão estrutura em forma de lei as medidas adotadas pelo governo na execução do programa federal

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem uma proposta que consolida e aperfeiçoa as medidas do governo federal na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), integrando-o ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O projeto (PLS 240/2014) segue agora para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde receberá decisão final.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado pelo governo em 2003, mas ainda sem uma proposição legislativa que estruturasse formalmente as ações adotadas, segundo a autora do projeto, a então senadora Ana Rita. O texto legal, de acordo com Ana Rita, dará ao programa “a robustez de uma política de Estado”.

O PAA tem duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para que esses objetivos sejam alcançados ou ampliados, o projeto autoriza a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, inclusive com dispensa de licitação.

O projeto prevê a possibilidade de compra direta — sem licitação — de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, o que significa a criação de mercado institucional para o escoamento da



Para Lúcia Vânia, projeto assegura direito a uma alimentação adequada

produção agrícola familiar.

O grupo gestor do programa poderá estabelecer critérios prioritários em favor de subgrupos vulneráveis inseridos na categoria de agricultores familiares, a exemplo de jovens e mulheres.

Prioridade

Na passagem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), o texto foi aperfeiçoado, determinando que a prioridade seja dada às famílias residentes nos municípios

com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além disso, o projeto permite um acréscimo de até 30% no preço estabelecido para os produtos convencionais, caso os alimentos sejam agroecológicos ou orgânicos. Também há a possibilidade de destinação dos produtos da agricultura familiar à formação de estoques públicos, com o objetivo de garantir o abastecimento alimentar, inclusive no que se refere à alimentação escolar.

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Os produtos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

Alimentação escolar

O texto também determina que a doação dos alimentos seja efetivada por intermédio de entidades socioassistenciais, de centros de referência de assistência social (Cras), de unidades das redes de ensino atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de outros programas e ações, inclusive de natureza humanitária.

A relatora na CAE, Lúcia Vânia (PSB-GO), concordou com o texto proposto e as mudanças feitas na CDH.

A senadora ressaltou a relevância social da proposta, que, em sua avaliação, busca “assegurar o direito humano à alimentação adequada, por meio de estímulos à agricultura familiar e à melhor organização das ações governamentais”.

— A proposição se mostra adequada e oportuna, tanto pelo seu aspecto social, da mais alta relevância, quanto pela racionalização e aprimoramento da gestão pública — avaliou.

Proposta facilita repasse de recursos para defesa sanitária

Recursos do Orçamento destinados à defesa agropecuária podem ser repassados diretamente a estados, Distrito Federal e municípios sem a necessidade de assinatura prévia de convênio. Esse é o objetivo do PLS 379/2016, de Roberto Muniz (PP-BA), aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem. Caso não haja recurso para levá-lo ao Plenário do Senado, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

A União repassará os valores aos entes federados por meio de depósitos em contas correntes criadas para esse fim. O projeto também busca aprimorar a forma de aplicação desses recursos, exigindo que sejam gastos em ações incluídas em Planos Plurianuais de Atenção à Sanidade Agropecuária, com validade de cinco anos, apresentados pelos estados e aprovados

pelo Ministério da Agricultura. Será preciso disponibilizar na internet a prestação de contas do uso do dinheiro.

As atividades beneficiadas pelos recursos são: vigilância e defesa sanitária vegetal e animal, inspeção e classificação de produtos de origem vegetal e animal e fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias.

O texto já havia sido aprovado na Comissão de Agricultura (CRA). O relatório da CAE, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi favorável ao projeto, acolhendo cinco emendas da CRA.

“O projeto é oportuno por permitir a criação de um sistema robusto de defesa sanitária agropecuária. Contribui para a padronização dos status sanitários no Brasil, com maior controle do Ministério da Agricultura em todos os estados”, afirma Flexa em seu relatório.

Produtores defendem proteção tarifária para borracha natural

O senador Ivo Cassol (PP-RO), presidente da Comissão de Agricultura (CRA), informou ontem que membros da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) visitaram o colegiado para reivindicar a inclusão da borracha natural na lista de exceções à tarifa externa comum do Mercosul.

Cassol disse que a CNA defende o aumento da tarifa de importação do látex natural para 14%.

— Faz 30 dias que a tarifa, que era de 14%, foi reduzida para 4% para a importação de látex. É urgente a necessidade de retorno para 14%. Caso contrário, a nossa produção brasileira, que é muito mais cara em razão dos custos de mão de obra, não terá condições de competir com a produção dos países asiáticos — disse.

Durante a reunião da CRA, Cassol leu ofício de sua autoria e de outros membros da comissão, encaminhado

ao ministro da Agricultura, Blairo Maggi, solicitando a prorrogação do prazo para pagamento de empréstimos rurais de produtores de leite.

A ação da comissão foi definida em audiência pública no início do mês na qual se debateu a necessidade de impor barreira tarifária à importação de leite em pó do Uruguai.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), caso a medida não seja adotada, muitos produtores de leite no Brasil poderão abandonar a atividade.

— Quando tentamos exportar produtos lácteos para qualquer parte do mundo, vemos que são os produtos mais protegidos nos países. Não conseguimos exportar. E nós temos aqui esse comércio dentro do Mercosul, exportamos carros e importamos derivados lácteos. E isso acaba prejudicando o nosso produtor de leite que não consegue concorrer — disse Moka.

Jorge Viana elogia participação do Senado na COP-23

Jorge Viana (PT-AC) comemorou a participação do Senado na COP-23, ocorrida na Alemanha este mês.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador frisou a realização do Espaço Brasil, organizado pelo Senado, que teve o envolvimento de empresários e de representantes de governos e entidades não governamentais.

Viana cumprimentou a diretora de Comunicação do Senado, Angela Brandão, pelas reportagens sobre a COP publicadas na Rádio Senado, na Agência Senado, na TV Senado e nas mídias sociais da Casa.

Vanessa Grazziotin critica ausência de Amazonino em evento

A ausência do governador do Amazonas, Amazonino Mendes, no Amazon Day, durante a 23ª Conferência do Clima da ONU (COP-23) foi criticada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Jefferson Rudy/Agência Senado

A senadora salientou que o Amazon Day foi um dia especialmente dedicado ao debate sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia e reuniu na cidade de Bonn, na Alemanha, ministros do Meio Ambiente de muitos países.

Vanessa também criticou a Medida Provisória 808/2017, que trata de alterações na reforma trabalhista.

Acir Gurgacz propõe incentivar restauração de áreas degradadas

Em Plenário, Acir Gurgacz (PDT-RO) anunciou a apresentação de dois projetos para ajudar os estados e os produtores rurais da Amazônia a recuperar áreas degradadas. Uma das propostas dá incentivos aos produtores que restauram essas áreas. A outra cria uma compensação aos estados da Amazônia Legal que abrigam unidades de conservação da natureza ou áreas indígenas demarcadas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Ao usar áreas já desmatadas para produzir, aumentaremos a renda do produtor e a produção de alimentos e preservaremos a Amazônia.

Juristas dizem haver ilegalidades em delações

Convidados de audiência da CPI mista da JBS disseram que presos e acusados se tornam delatores sob ameaça, mas não apresentam provas. Eles defenderam a revisão da lei

ESPECIALISTAS OUVIDOS ONTEM em audiência da CPI mista da JBS apontaram o que consideram ilegalidades na forma como estão sendo negociadas pelo Ministério Público (MP) e homologadas pelo Judiciário as delações premiadas relacionadas à Operação Lava Jato.

Os convidados afirmaram que presos e acusados se tornam delatores sob ameaça e que delações estão sendo corroboradas por outras delações, e não por provas. Eles afirmaram que o Judiciário tem homologado os acordos por meio de pressão da mídia.

Transparência

Para os debatedores, a legislação precisa ser aprimorada para garantir transparência e prestação de contas em relação às negociações, de modo a evitar abusos e o que consideram ilegalidades, como a redução

de pena oferecida aos delatores pelo MP, atribuição que seria do Judiciário.

Os participantes criticaram, por exemplo, a imunidade penal oferecida pelo MP aos irmãos Wesley e Joesley Batista, controladores do grupo J&F, e cláusulas de acordos de delação premiada que teriam poupado o sequestro de bens obtidos de forma ilícita por colaboradores em troca de informações, e apontaram casos concretos ligados às colaborações do doleiro Alberto Youssef e do ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco.

O ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão, procurador da República aposentado, apontou ilegalidade na formação de a força-tarefa formada pelo MP, polícia e um juiz.

— São três autores muito empoderados, sobre os quais não existe nenhum controle de fato. Nesse caso, para quem o



Ex-ministro Eugênio Aragão e deputados federais Carlos Marun e Wadhi Damous: críticas a delações premiadas

investigado vai se queixar? Ele está entregue ao arbítrio.

Para o juiz Alexandre Moraes da Rosa, professor de processo penal na Universidade Federal de Santa Catarina, a delação premiada se tornou um mercado em que o papel principal tem sido do MP.

— Joesley Batista não poderia nunca ter recebido imunidade. Isso está na lei, que prevê redução da pena em dois terços e, no máximo, à metade. Mas o Supremo foi constrangido a não cumprir a lei — disse, referindo-se à homologação do acordo pelo ministro Edson

Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O advogado Aury Celso Lima Lopes Jr., professor de direito processual penal na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, criticou acordos de delação feitos com acusados presos.

— No Brasil, se você delatar, terá benesses; se não delatar, terá penas altíssimas. É uma ameaça. E estão usando as prisões cautelares para pressionar sim.

Ele defendeu decisão recente do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que recusou delação premiada do marqueteiro Renato Pereira sob o argumento de que o MP não poderia oferecer por conta própria a pena e a multa atribuídas ao colaborador.

O professor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, da Universidade Federal do Paraná, disse que toda a lei das delações premiadas é inconstitucional.

— É preciso normatizar as delações para tornar a lei constitucional. Porque, do jeito que vai, ela não tem jeito.

Com informações da Agência Câmara

CPI vai recorrer de liminar do Supremo contra depoimento de procurador

O presidente da CPI mista da JBS, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse ontem que vai recorrer da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, que concedeu liminar para impedir o depoimento do procurador Eduardo Pelella, que foi chefe de gabinete do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot.

No depoimento, que estava previsto para hoje, a comissão queria saber de Pelella detalhes das negociações para o acordo de delação premiada feito pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da empresa JBS.

O relator da CPI, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), disse que o caso da delação premiada dos executivos da JBS é um exemplo de uso “nefasto” do instrumento.

— Foi uma situação criminosa, em que se aproveitou uma delação conduzida por procuradores, que tentaram, sim, um golpe de Estado para derrubar um presidente da República com o objetivo de controlar a sua própria sucessão. Uns com desejo político e outros com objetivos pecuniários.

Novas regras

Parlamentares da comissão dizem ser necessário impor

regras mais rígidas para a celebração dos acordos de delação premiada.

O deputado Wadhi Damous (PT-RJ), um dos sub-relatores da comissão, anunciou que vai propor uma regulamentação para os acordos.

— Ninguém pensa em abolir o instituto da delação premiada, mas isso tem que ser compatibilizado com a Constituição — disse.

Delação

A ênfase dada à investigação sobre o acordo celebrado pelos irmãos Batista foi alvo de críticas na audiência. Lásier Martins (PSD-RS) disse que a Lei das Delações e as

próprias delações relativas à Lava Jato só passaram a ser questionadas quando atingiram políticos.

— O Ministério Público e a Polícia Federal estão quase sendo transformados em réus e o que existe é uma forte ação para “melar” a Lava Jato.

O deputado João Gualberto (PSDB-BA) foi na mesma linha.

— Essa CPI tem um foco, e o foco é acabar com a delação premiada — disse.

O presidente da comissão negou.

— Não posso admitir a afirmação de que o objetivo da CPI é acabar com a delação — disse Ataídes.

Aprovado relatório de MP que antecipa saques do PIS-Pasep

A comissão mista da medida provisória que liberou o saque de contas do PIS-Pasep para homens a partir de 65 anos e mulheres a partir de 60 anos aprovou ontem o relatório do deputado João Campos (PRB-GO). A MP 797/2017 será votada na Câmara e no Senado. Em 18 de outubro, o texto teve a vigência prorrogada por 60 dias.

Antes da edição da MP, em 23 de agosto, os recursos só podiam ser sacados quando a pessoa completasse 70 anos, conforme resolução do Conselho Diretor do Fundo PIS-Pasep.

O pagamento estabelecido pela MP teve início em

outubro deste ano e vai até março de 2018. A MP libera o saque para mulheres a partir de 62 anos. O relator, porém, acatou emenda de Paulo Paim (PT-RS), autorizando o saque aos 60 anos — idade mínima exigida para a aposentadoria das mulheres pelo Regime Geral da Previdência Social.

O texto revoga dispositivo da Lei Complementar 26/1975 que assegura aos cotistas com renda até cinco salários mínimos regionais um depósito anual equivalente ao salário mínimo regional. Segundo o governo, a Constituição proibiu a distribuição dos recursos do fundo nas contas individuais dos participantes.

Lindbergh Farias acusa o governo de desfigurar a CLT

Lindbergh Farias (PT-RJ) condenou a reforma da Previdência em análise na Câmara dos Deputados e a medida provisória que altera pontos da reforma trabalhista.

Para o senador, o texto do governo piora a legislação e estabelece “um novo trabalho escravo”, além de desfigurar a CLT.

— É tanta desgraça que vem neste governo Temer que a gente não pode deixar de se mobilizar e de ficar atento à tramitação de projetos como esse — declarou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto: reforma previdenciária lesa trabalhadores

A proposta da reforma da Previdência é lesiva aos trabalhadores, aposentados e pensionistas, segundo Humberto Costa (PT-PE). Para o senador, a proposta, que tramita na Câmara dos Deputados, também aprofunda o desmonte da rede de assistência social “construída a duras penas” em favor dos mais pobres e idosos.

— O sistema previdenciário brasileiro não é perfeito, mas seu aperfeiçoamento requer participação da sociedade e um governo que tenha credibilidade e legitimidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim diz que fará emendas à MP da reforma trabalhista

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que vai apresentar cerca de 100 emendas à medida provisória que altera a reforma trabalhista (MP 808/2017). O senador afirmou que as emendas tentarão salvar os direitos de trabalhadores e pensionistas.

— Restabeleço a gratuidade da Justiça do Trabalho e o intervalo de 15 minutos antes do início da jornada extraordinária. Revogo a prevalência do negociado sobre o legislado. Se a lei vale para todos, por que não pode valer para o trabalhador?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão aprova fim de repasse do BC ao Tesouro

Objetivo da proposta, que deve seguir para análise da Câmara dos Deputados, é evitar o financiamento indireto por meio do lucro de operações cambiais. O resultado positivo passará a formar reserva especial

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, com 16 votos favoráveis e nenhum contrário, um projeto que impede o Banco Central (BC) de financiar indiretamente o Tesouro, por meio do repasse do lucro auferido em operações cambiais.

Pelo PLS 314/2017, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a parcela do resultado positivo do BC que decorrer de suas operações com reservas cambiais e derivativos cambiais (conhecidos no jargão financeiro como *swaps*), hoje transferida para o Tesouro, deve passar a ser acumulada em reserva especial para cobrir futuros resultados negativos da própria instituição.

Será admitida apenas de modo excepcional a possibilidade de uso da reserva especial para pagamento da dívida pública mobiliária federal, na hipótese de cenário de crise extrema, em que as restrições nas condições de liquidez afetem o financiamento da dívida pública. O projeto ainda define regras para a emissão de títulos públicos pela União em favor do BC.

A proposta foi relatada por Tasso Jereissati (PSDB-CE) e aprovada em caráter terminativo. Deve seguir diretamente



Elmano Férrer e Garibaldi Alves Filho conduzem a reunião da comissão

para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para análise em Plenário.

Distorções

Ferraço afirma que a atual sistemática de transferência de resultados do BC para o Tesouro está em desacordo com as melhores práticas internacionais. Segundo ele, as regras possibilitam um financiamento implícito, vedado pela Constituição. Diz que isso acontece porque a legislação vigente determina que os lucros do BC sejam transferidos ao Tesouro, em dinheiro, enquanto os prejuízos são cobertos por meio da transferência de títulos do Tesouro ao Banco Central.

Para o autor, o modelo tem

causado grandes distorções. “Trata-se, obviamente, de um financiamento por expansão monetária, visto que esse dinheiro não foi extraído da sociedade por meio de impostos ou emissão de dívida”, condena Ferraço na justificativa do projeto.

As operações cambiais têm grande peso nos balanços do BC e apresentam resultados voláteis, devido ao grande volume das reservas internacionais geridas pela instituição. Sempre que o real se desvaloriza frente às demais moedas, o valor das reservas, em reais, aumenta. O inverso acontece nos casos de valorização do real. Como o BC não vende as reservas, observa Ferraço, esses ganhos e perdas não se realizam na prática.

Carga tributária deve ser revista, afirma relatório

Para superar a crise fiscal, o Brasil deverá repensar a distribuição da carga tributária. O alerta foi feito pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) em relatório sobre o Sistema Tributário Nacional aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O documento é resultado do trabalho de um grupo criado pelo colegiado para avaliar a funcionalidade do sistema.

O documento ressalta que o Brasil é cada vez mais uma economia de serviços, em grande medida apoiada em

novas tecnologias e na internet, com atividades ainda não devidamente tributadas.

“É preciso repensar o sistema tributário para, de forma gradativa e incremental, adaptá-lo às profundas transformações econômicas que estão em curso”, diz o senador.

Apresentado em outubro, o relatório descreve o sistema tributário brasileiro como “complexo, regressivo e anti-competitivo”, além de inibidor do emprego e promotor de desequilíbrios regionais. Sobre o modelo, segundo a avaliação,

o modelo se mostra obsoleto diante da nova economia.

Coordenado por Tasso Jereissati (PSDB-CE), o grupo avaliou as “disfuncionalidades” do sistema, que deve ser alvo de análise periódica no Senado, por força constitucional. A expectativa é que o resultado possa subsidiar futura reforma. A agenda, conforme o grupo, deve incluir necessariamente a redistribuição do peso do financiamento do Estado, assim como a “teia” de isenções do regime fiscal tributário brasileiro.

Projeto amplia transparência de seguro de crédito a exportação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que dá mais transparência ao seguro de crédito para exportações. A cobertura é dada pela União para preencher lacunas de mercado ao atuar em setores em que as instituições privadas não têm interesse. O PLS 134/2016 foi apresentado por Aécio Neves (PSDB-MG).

O texto aprovado é um substitutivo do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF). A proposta obriga a Câmara de Comércio Exterior a fornecer ao Tribunal de Contas da União (TCU) os critérios

atuariais para o cálculo de prêmios de risco e o relatório financeiro do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Pelo parecer, as informações deverão estar disponíveis e atualizadas em site público e de fácil acesso ao cidadão.

O PLS 134 tramita em conjunto com o PLS 135/2016, também de Aécio, que dá até 15 dias de prazo para publicação na internet das decisões aprovadas no FGE. O relator votou pelo arquivamento do PLS 135. Os projetos seguem agora para a Comissão de Transparência.

Colegiado da MP sobre concessão de rodovias define cronograma

A comissão mista que analisa a medida provisória que permite a renegociação de contratos de concessão de rodovias federais aprovou ontem o plano de trabalho apresentado pelo relator, deputado José Rocha (PR-BA).

Pela MP 800/2017, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) poderá renegociar os contratos para aumentar o prazo de conclusão de obras de infraestrutura.

Pelo plano aprovado, serão ouvidos em audiência pública o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, o presi-

dente da ANTT, Jorge Bastos, e o secretário-executivo do Programa Nacional de Investimentos, ministro Moreira Franco, entre outros.

Editada em setembro, a MP autoriza a ANTT a fazer aditivos contratuais com as concessionárias de rodovias federais para alongar em até 14 anos o prazo de execução de investimentos previstos na concessão. Com a extensão dos prazos, a medida permitirá, por exemplo, a conclusão de obras de duplicação de vias.

A comissão é presidida por Cidinho Santos (PR-MT).

Braga defende investimentos em gás natural e reservatórios

O problema de geração de energia, que está cara e escassa, só será resolvido quando duas premissas forem enfrentadas: a ampliação do uso do gás natural, para abastecer termelétricas mais limpas, e a retomada da construção de hidrelétricas com reservatórios, segundo Eduardo Braga (PMDB-AM).

O senador fez a afirmação em audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura que discutiu riscos hidrológicos. Segundo os

debatedores, o atual modelo de compensações do sistema elétrico, criado num cenário de fartura hidrológica nas usinas, precisa ser alterado urgentemente.

Christiano Vieira, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), criticou ainda o preço divergente da energia paga quando há excedente na produção pelas hidrelétricas e o quanto elas precisam pagar a mais quando a geração é menor. Segundo ele, é “uma conta que não fecha”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burlle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Modelo de segurança pública está falido, aponta debate

Especialistas discutiram ontem alguns dos motivos para fracasso da política, como baixo índice de resolução de homicídios, falta de recursos materiais e humanos e tráfico de drogas e armas

A POLÍTICA DE segurança pública foi à falência, dado que a sensação de insegurança é generalizada, e o país é o campeão na quantidade de cidades mais violentas do mundo, segundo as Nações Unidas. A conclusão é da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que discutiu ontem a Política Nacional de Segurança Pública.

Sob a relatoria de Wilder Morais (PP-GO), essa é uma das políticas públicas avaliadas pela CCJ em 2017.

O promotor do Ministério Público do Distrito Federal Thiago Pierobom disse que nove em cada dez brasileiros temem ser vítimas de assassinato. Ele citou dados que apontam que 11 das 30 cidades mais violentas do mundo ficam no Brasil, país que lidera o ranking.

Dados como esses, disseram

Projetos sobre tema ganham regime de urgência no Plenário

O Plenário aprovou ontem regime de urgência para dois projetos que tratam de segurança pública.

O PLS 247/2016 excetua as ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias. O SCD 6/2016 institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.



Wilder Morais ouve o secretário de Segurança Pública do DF, Edval Novaes

os debatedores, explicitam que o modelo de segurança pública é um fracasso e está falido.

Parte da situação, segundo Wilder, está no baixíssimo índice de resolução de homicídios, que gira em torno de 5% — índice inferior ao de países sul-americanos, como o Chile, que apontam índices de resolução superiores a 90%.

O senador espera que o Executivo e o Legislativo definam políticas mais efetivas de financiamento às polícias.

Falta até gasolina

O representante da Associação de Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), Mozart Macedo, concordou com o diagnóstico. Para ele, além de mal planejado e ineficiente, o modelo de segurança pública sofre de uma carência crônica de recursos humanos e materiais.

— Eu estou no Tocantins desde 2008 e lá nunca tivemos, por exemplo, viaturas ou gasolina a contento — afirmou.

Para ele, fixar penas mais duras não tem trazido resultados efetivos de redução dos índices de violência. O caminho mais efetivo passa por investir no aparato policial num primeiro momento e políticas sociais de médio e longo prazo.

Elisandro Lotin, da Associação Nacional de Praças, também afirma que em Santa Catarina as restrições orçamentárias têm provocado problemas de abastecimento de gasolina para as viaturas.

— Como podemos discutir segurança pública seriamente se falta o mais básico?

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Edval Novaes, lembrou que a União repassou aos governos estaduais a maior parte das ações repressivas ligadas ao tráfico de drogas, mas sem oferecer contrapartidas equivalentes. Para ele, a União precisa retomar parte do protagonismo nessa área, além de fortalecer o combate à entrada de armas e drogas ilegais pelas fronteiras.

Criação de polícias penais é defendida em audiência

A votação pelos deputados ainda neste ano da proposta de emenda à Constituição que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital foi pedida ontem por participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A PEC 14/2016 foi aprovada no Senado em outubro e enviada para a análise da Câmara dos Deputados, onde tramita como PEC 372/2017.

Do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o texto determina que a polícia penal seja acrescentada à lista dos órgãos do sistema de segurança pública. Com isso, os agentes penitenciários poderão ter os mesmos direitos da carreira de policial.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ter solicitado a audiência pública para incentivar os deputados a votarem a PEC ainda neste ano.

— Em defesa do povo brasileiro, para que os deputados saibam que no debate em prol da polícia penal não tem

situação, não tem oposição. O debate aqui é que vai dar toda a força necessária para que essa PEC seja aprovada na Câmara — disse.

Durante a audiência, o presidente do Sindicato dos Agentes de Execução Penal Federal do Distrito Federal, Euclenes Pereira, destacou a importância da proposta, que, segundo ele, vai solucionar a crise enfrentada pelo sistema prisional.

— O sistema penitenciário não retira das ruas a violência, mas a devolve ainda mais hedionda para sociedade. Hoje temos em investigação o processo penal e a execução que é falha.

Escolta

Pela PEC, a categoria será responsável pela defesa dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. As polícias penais serão vinculadas à Secretaria de Segurança Pública do estado ao qual pertencem.

Senadores devem votar hoje propostas sobre segurança

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar hoje 48 projetos, a maioria sobre segurança pública. Boa parte dos projetos está sob a relatoria de Simone Tebet (PMDB-MS).

Uma das propostas é o PLC 140/2017, que retira do Código Penal atenuante para menores de 21 anos. O projeto também retira a regra que determina a redução pela metade da prescrição de crimes cometidos por jovens entre 18 e 21 anos. O relatório de Simone é pela

aprovação do projeto.

Também sob a relatoria de Simone está o PLC 187/2015, que prevê recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o serviço telefônico de recebimento de denúncias.

Os senadores vão avaliar ainda o PLS 224/2017, de Wilder Morais (PP-GO), que autoriza a aquisição de arma de fogo para moradores de zonas rurais. O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), é favorável à ideia.

CPI: Santander Cultural defende mostra *Queermuseu*

O presidente da CPI dos Maus-Tratos, senador Magno Malta (PR-ES), criticou ontem a renúncia fiscal do banco Santander em relação à mostra *Queermuseu — cartografias da diferença na arte brasileira*. A exposição foi suspensa no início de setembro, depois de protestos. Em depoimento do presidente do Santander Cultural, Marcos Madureira, à CPI, ontem, Malta questionou se Madureira levaria suas filhas

para ver a exposição.

— Fico admirado que quem tem vários programas a favor da criança não tenha prestado atenção nas imagens da exposição — declarou o senador.

Malta ressaltou que a mostra foi cancelada após protestos por suposta apologia à pedofilia, à zoofilia e ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Daí a razão para a mostra se tornar objeto de interesse da CPI.

Madureira disse que as obras

expostas na *Queermuseu* já tinham participado de outras mostras e nunca suscitaram polêmica.

Também afirmou que a escolha das obras cabe ao curador — no caso, o doutor em história Gaudêncio Fidélis —, mas fez questão de afirmar que não compactua com a visão que foi passada sobre a exposição.

— Respeitamos a diversidade, pois isso é uma riqueza do nosso país, que acolhe todos os credos, raças e gostos.

Reunião fechada

Também ontem, a CPI ouviu Sérgio Rial, que era o presidente do Santander Cultural quando a mostra foi autorizada. O depoimento de Rial, no entanto, ocorreu de forma reservada, sem acompanhamento da imprensa.

Debatedores pedem agilidade na investigação de morte de reitor

Os participantes da audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre as circunstâncias que levaram à morte do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Luiz Carlos Cancellier de Olivo criticaram as operações policiais “espetaculares” e pediram agilidade nas investigações.

Cancellier estava afastado do cargo de reitor e foi preso temporariamente na Operação Ouvidos Mucos, da Polícia Federal, suspeito de obstruir as investigações sobre desvio de recursos para formação de professores do programa de educação a distância. Ele negou a acusação, denunciou a humilhação sofrida e em 2 de outubro se suicidou em Florianópolis.

O procurador federal na UFSC, Juliano Rossi, informou na audiência que denúncias anônimas levaram à investigação de Cancellier. Na avaliação de Rossi, a atuação da Polícia Federal e a reação das pessoas podem ter contribuído para o desfecho trágico.

— Espero que isso provoque crise de consciência, se não nas pessoas, ao menos nas instituições.

Para a presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), medidas excepcionais como prisões exigem cautela.

— As pessoas não estão mais preocupadas com provas, só com convicção. E convencer a opinião pública está fácil, principalmente com as redes sociais. Uma mentira vira verdade rapidamente.



Magno Malta mostra papéis a Marcos Madureira na CPI dos Maus-Tratos

Royalties do pré-sal para educação avançam

Texto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos foi iniciativa de estudantes do Projeto Jovem Senador e segue agora para o Plenário em regime de urgência

AS MODALIDADES DE educação pública básica e o ensino profissional poderão receber mais recursos financeiros se for transformado em lei o projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, a ser votada com urgência pelo Plenário, define a distribuição de recursos dos royalties do petróleo destinados a investimentos em educação.

O projeto foi apresentado a partir de uma sugestão de estudantes que participaram do Projeto Jovem Senador em 2012. A proposta foi transformada na Sugestão (SUG) 5/2013, aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde começou a tramitar como projeto de lei.

Na CAE, o PLS 747/2015 foi aprovado após debate sobre a necessidade de aprovar também uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que assegure que esses recursos do pré-sal não fiquem submetidos à Emenda Constitucional 95, que impõe um teto por 20 anos para os gastos do governo inclusive em áreas como saúde e educação.

A primeira a chamar a atenção para os limites do projeto foi Vanessa

Grazziotin (PCdoB-AM). Ela afirmou que a proposta é importante, mas não vai garantir mais dinheiro para o setor.

— Estamos garantindo uma nova fonte de recursos para a educação, mas essa nova fonte também está sujeita à Emenda 95. Na prática, não dá mais dinheiro para a educação.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), sugeriu que o relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), apresente a PEC para que os recursos dos royalties do petróleo entrem como extrateto.

— A ideia não é substituir fonte, mas ter uma fonte a mais — propôs.

Distribuição

Cristovam disse que a proposta é uma saída criativa para o limite de gastos com educação. De acordo com o texto, dos 75% das verbas dos royalties do petróleo destinados à educação, pelo menos 40% serão aplicados em programas e projetos que visem à melhoria da educação básica pública. Já os programas direcionados à melhoria e à expansão da educação profissional e tecnológica de nível médio terão pelo menos 25%,



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Cristovam, o projeto é uma saída criativa para driblar o limite de gastos com educação

enquanto os programas destinados à educação de qualidade da pessoa com deficiência receberão o mínimo de 10%. Este último montante deverá ser aplicado em programas para garantir educação de qualidade aos estudantes “com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” da rede pública de ensino. Essa distribuição será reavaliada no prazo de dez anos.

No mérito, avalia Cristovam, o projeto poderá contribuir muito para o

desenvolvimento sustentável do país, pois estabelece critérios sólidos para a utilização dos recursos do pré-sal na educação básica pública.

“Não se trata tão somente de direcionar os recursos, mas de alocá-los em áreas cujas necessidades são de grande monta e cuja evolução pode impactar os índices escolares da educação básica e aumentar a inserção das pessoas destinatárias da regra na sociedade e no mercado de trabalho”, afirma Cristovam em seu relatório.

Padrão de qualidade para bibliotecas passa em comissão e retorna à Câmara

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem uma série de medidas com o objetivo de incentivar a implantação de bibliotecas de qualidade nas escolas. O PLC 28/2012, do então deputado Sandes Júnior, foi aprovado na forma de um substitutivo da relatora, senadora Ângela Portela (PDT-RR), e retorna para a Câmara dos Deputados, pois foi modificado no Senado.

Originalmente, o projeto torna obrigatória a criação e a manutenção de bibliotecas em todas as escolas públicas. A relatora apontou, porém, que uma lei já em vigor determina a universalização das bibliotecas escolares até 2020 (Lei 12.244/2010).

Dessa forma, o substitutivo se ateve a propor melhorias, determinando, por exemplo, que as bibliotecas das escolas de educação básica tenham equipamentos de acessibilidade, iluminação adequada e computadores com internet, entre outros itens.

Na mesma reunião, a CE aprovou o PLC 8/2017, que cria o Dia Nacional do Exportador (a ser celebrado em 28 de janeiro), e o PRS 1/2017, que institui a Comenda do Mérito Futebolístico Associação Chapecoense de Futebol. A premiação deve ser conferida pelo Senado a pessoas jurídicas, atletas, dirigentes e demais profissionais que tenham se destacado em competições esportivas ou na promoção do futebol.

Meta para ensino profissionalizante está longe de ser alcançada, aponta relatório

O Brasil está longe de cumprir a meta de expansão do ensino profissionalizante, o que pode exigir a revisão da meta prevista no Plano Nacional de Educação (PNE). O alerta está no relatório de Roberto Muniz (PP-Ba) apresentado ontem na Comissão de Educação (CE).

O documento faz uma análise da atual situação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e será votado na próxima semana na CE. O Pronatec foi a política pública do governo escolhida pelo colegiado para avaliação em 2017.

O estudo do senador destaca que a Meta 11 do PNE prevê triplicar as

matrículas da educação profissional técnica de nível médio, com pelo menos 50% da expansão no segmento público. Até 2024, o Brasil deverá ter 5,22 milhões de vagas. Em 2016, porém, havia somente 1,77 milhão.

— É preciso criar nada mais nada menos que 3,4 milhões de vagas. Um esforço hercúleo, que demanda uma estruturação da política pública que inclua infraestrutura, formação de profissionais e elaboração de currículos dinâmicos e consistentes — avaliou Muniz.

Entre as sugestões apresentadas, ele destacou a adoção de uma mapa de demanda bem elaborado, “fundamental para o sucesso do programa”.

Rose critica descaso com gravidez na adolescência

Mais de 300 mil adolescentes ficaram grávidas entre 2005 e 2015 no Brasil, disse Rose de Freitas (PMDB-ES). A senadora criticou a ineficiência da proteção a essas garotas pelas famílias e pelos serviços de saúde e condenou o descaso da opinião pública e da mídia. Para ela, é preciso tratar do assunto com clareza, para não deixar essas crianças e jovens na ignorância e diminuir as estatísticas.

— Não falar, não divulgar, não dar foco, não dar luz a um problema dessa natureza é um grande erro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe propõe publicação na web de fila para cirurgia

Reguffe (sem partido-DF) fez um apelo à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pela votação do projeto que obriga os governos a publicar na internet as filas das cirurgias eletivas. O PLS 393/2015 é relatado por Otto Alencar (PSD-BA).

Segundo o senador, como não há transparência, é comum que autoridades usem influência para furar as filas. Pelo projeto, as listas seriam divulgadas na internet com a identidade do paciente, a ordem na fila e o tempo que o paciente está esperando.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima Bezerra defende legado de Paulo Freire

Fátima Bezerra (PT-RN) manifestou repúdio à sugestão legislativa de retirar de Paulo Freire o título de Patrono da Educação Brasileira. Para a senadora, relatora do texto na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a proposta representa o “legado de ignorância, a insensatez histórica e a interpretação apoucada” da obra de Freire.

— Freire é autor de obras no campo da educação, entre elas a *Pedagogia do Oprimido*. É a terceira obra mais lida em todas as áreas das ciências humanas e sociais do mundo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Capiberibe diz que o Brasil é ancorado na desigualdade

João Capiberibe (PSB-AP) destacou o Dia da Consciência Negra e selecionou três manchetes que, segundo o senador, caracterizam o Brasil como “o país do apartheid”. Uma aponta que os negros representam 71% das vítimas de homicídios. A segunda, que ganham em média pouco mais da metade do que os brancos. E a terceira, que são mais afetados por desigualdade e violência.

— Os dados demonstram claramente que esta é uma sociedade que se desenvolve ancorada na discriminação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ângela condena política do governo para as mulheres

Ângela Portela (PDT-RR) criticou medidas do presidente Michel Temer relacionadas às mulheres. Ela citou a limitação de recursos para o combate à violência contra a mulher e a mudança de status do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos para o de secretaria vinculada ao Ministério da Justiça.

A senadora cobrou a inauguração da Casa da Mulher Brasileira em Roraima e disse que a obra está atrasada há mais de um ano.



Jefferson Rudy/Agência Senado